

• Política

CONSTITUINTE

Líderes empresariais lançam movimento para preservar livre iniciativa

por David Friedlander de São Paulo

Empresários do setor industrial lançaram ontem no hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, o movimento denominado Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), cujo objetivo básico é influir na Constituinte de maneira a preservar os princípios da livre iniciativa contra o que chamaram de tendência estatizante da economia. O movimento representa um apoio ao decálogo de sugestões encaminhado com o mesmo objetivo por lideranças empresariais ao governo e à Constituinte, no dia 14 passado, e pressupõe a união das bases do empresário nacional para que, num segundo momento, busque-se o entendimento com os trabalhadores.

Durante o encontro foi divulgado um documento contendo os cinco pontos básicos defendidos pelo movimento: demonstração da importância e da necessidade da independência da livre iniciativa no desenvolvimento político, econômico e social do País, garantindo emprego aos trabalhadores; necessidade de um plano econômico consistente de curto, médio e longo prazos; redução do papel do estado nas atividades, que devem ser de competência exclusiva do setor privado; redução urgente do déficit público; e, estabelecimento de uma Constituição livre e soberana, com participação ativa da iniciativa privada.

No próximo dia 9, segundo os empresários, o PNBE promoverá um ato público no Palácio das Convenções do Anhembi, no qual será apresentado um documento mais amplo — ainda em fase de elaboração — com alternativas e sugestões elaboradas de acordo com os princípios da livre iniciativa. "Esse documento pressupõe um acordo nacional, que não implica necessariamente a intervenção do estado", salienta o

presidente da Associação Brasileira de Fundação (Abifa), Paulo Butori.

Nesse dia, o PNBE espera a presença de aproximadamente 4 mil empresários, que receberão cadernos destinados à coleta de no mínimo 30 mil assinaturas, condição exigida para que a proposta seja apreciada pelos constituintes.

De acordo com Butori, espera-se alcançar cerca de 40 mil assinaturas, a partir do que o documento será entregue ao presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, a quem será conferida a responsabilidade de encaminhar as propostas e conduzir as negociações.

ENTENDIMENTO

Criticando a situação política do País "que acaba complicando o setor econômico", os empresários admitem o entendimento com os trabalhadores "porque a cura dos males brasileiros deve ser coletiva", conforme afirmou o presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos — Oded Grajew.

"Precisamos buscar mudanças porque existe um descontentamento geral com o que está acontecendo no País, e a solução é um amplo entendimento nacional", prossegue Grajew. Ele acrescenta que os empresários estão dispostos a debater com os trabalhadores em torno de objetivos comuns e, questionado sobre o que os empresários estariam dispostos a ceder, argumentam que "o entendimento supõe que todos terão de dispor de alguma coisa, mas isso é o segundo passo. O primeiro é sentar e conversar".

Com relação ao início das conversações com os trabalhadores, Butori afirmou que os empresários não poderão entrar em contato com os trabalhadores enquanto suas próprias bases não estiverem totalmente organizadas, "porque os trabalhadores são uma classe mais mobilizada".

Ordem econômica precisa conciliar projetos de esquerda e de direita

por Francisca Stella Fogó de Brasília

O senador Severo Gomes (PMDB-SP) assumiu ontem efetivamente as funções de relator da Comissão de Ordem Econômica da Constituinte e o desafio de conciliar posições aparentemente inconciliáveis. Ele deverá consolidar os três anteprojetos aprovados nas subcomissões de reforma agrária, de princípios gerais e da questão urbana num texto que consiga a maioria dos votos da comissão.

A grande tarefa que vê pela frente é conseguir negociar e encontrar pontos de consenso. A divisão está acirrada entre o grupo de constituintes afinados com o senador Roberto Campos (PDS-MT) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) — cujas posições saíram vitoriosas nas subcomissões — e o grupo que deseja mudar a Constituição vigente, principalmente para subor-

dinar a propriedade ao interesse social, abrir caminhos para a distribuição de renda e direcionar o capital estrangeiro no País para necessidades nacionais.

Na avaliação de Severo Gomes, houve muita radicalização nas subcomissões. Muito tumulto, muitas agressões verbais, segundo ele, distorceram o resultado das votações. E faltou negociação.

O grupo progressista do PMDB, que há um mês articula-se para reforçar as suas posições com os partidos de esquerda, começou a acelerar os entendimentos tão logo suas derrotas foram confirmadas nas votações das subcomissões da ordem econômica.

Ontem, o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), relator da subcomissão de reforma agrária, que, ao lado dos deputados Hermes Zanetti (PMDB-RS) e Domingos Leonelli (PMDB-BA), empenha-se

em articular o grupo, avaliava as dificuldades de negociação com o lado conservador. Lembra que o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, coordenou diversas reuniões com os membros da subcomissão de reforma agrária na tentativa de conciliar as posições radicalizadas dentro do partido.

Os progressistas, exemplifica Lima Filho, propunham a fixação de um limite de propriedade rural e admitiam negociar a dimensão máxima. Mas esbarrraram na posição intransigente do deputado Roberto Cardoso Alves (e dos demais), que defende como único limite a capacidade econômica do proprietário. O resultado do impasse foi a supressão não só do dispositivo fixando o limite como todos os

demais instrumentos de reforma agrária previstos no projeto original de Lima Filho.

Um importante aliado do grupo progressista do PMDB tem a expectativa de que uma nova correlação de forças na Comissão de Ordem Econômica será capaz de conduzir a avanços. Na subcomissão de princípios gerais, alguns pemedebistas aliaram-se ao senador Roberto Campos (PDS-MT). Dependendo do sucesso das negociações, segundo ele, é possível que os mesmos constituintes aliem-se ao senador Virgílio Távora, que, embora pertença ao mesmo partido de Roberto Campos, assume posições mais avançadas. Virgílio Távora foi relator do projeto de lei de informática, cujo mais notório opositor foi Roberto Campos.

Prazos das Comissões

Segunda-feira, as 24 subcomissões da constituinte foram incorporadas às oito comissões temáticas que até o dia 14 de junho deverão apresentar à Comissão de Sistematização os seus projetos.

Desde ontem, quando foram publicados os anteprojetos aprovados nas subcomissões, começou a correr a prazo de cinco dias para a apresentação de emendas.

O relator de cada comissão terá então outros cinco dias para dar parecer sobre os anteprojetos e as emendas, e apresentar substitutivo, a ser votado em seguida. Depois de 24 horas da aprovação, os oito substitutivos serão encaminhados à Comissão de Sistematização, que terá 30 dias para concluir o projeto da Constituição.

Deputado destituiu Cristina Tavares

por Andrew Greenlees de Brasília

O plenário da Assembleia Nacional Constituinte viveu ontem novo episódio da cada vez mais acirrada disputa entre os blocos conservador e progressista. Parlamentares do PMDB protestaram contra a atitude do presidente da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicações, deputado Arolde de Oliveira (PFL), que destituiu a relatora Cristina Tavares, pemedebista de Pernambuco. "É uma tentativa de golpe", gritou a deputada, em meio a grande tumulto no plenário.

Oliveira, por sua vez, berrou sua justificativa: na sexta-feira passada, Cristina Tavares e mais sete parlamentares da ala progressista deixaram o recinto da subcomissão em protesto contra uma decisão da presidência quanto ao encaminhamento da votação do anteprojeto apresentado pela relatora. "Interpretei a saída como renúncia à relatoria", disse Arolde de Oliveira.

A seguir, o deputado do PFL indicou outro pemedebista, José Carlos Martinez para substituir Tavares. A modificação foi comunicada anteontem ao líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que reagiu irritado: "Então nós também podemos modificar os presidentes de comissões que pertencem ao PFL". O argumento do presidente Arolde de Oliveira era de que não havia sido ferido o acordo inicial entre os partidos na Constituinte, já que o PMDB permaneceria com o mesmo número de relatorias.

Covas e o grupo progressista rebateram alegando que Oliveira não tem o direito de destituir e apelar para o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para que decidisse a questão. Ulysses, naquele instante, deixava o Congresso e somente deverá manifestar-se hoje.

Sessenta dias, o prazo limite para as definições

por Paulo Sotero de Washington

Os empresários brasileiros que integram a diretoria executiva do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos disseram a seus colegas norte-americanos, numa reunião realizada em Nova York, na sexta-feira passada, que consideram os próximos sessenta dias como um período crítico para a definição dos rumos políticos do País. Segundo uma das pessoas presentes à reunião, os empresários brasileiros indicaram a seus colegas americanos que, em sua opinião, "o presidente José Sarney tem mais sessenta dias para montar um programa econômico" capaz de devolver alguma confiança ao País em geral e aos empresários, em particular, sobre sua capacidade de governar. Se isso não acontecer, "as eleições diretas para presidente, em 1988, passam a ser uma inevitabilidade", disseram os empresários.

Os brasileiros presentes ao encontro foram Angelo Calmon de Sá, presidente da seção brasileira do Conselho Empresarial, Amari Temporal, Paulo Villas, Luis Eulalio de Bueno Vidigal e Osires Silva. Seus interlocutores foram o presidente do conselho de administração e principal executivo da Dow Chemical, Paul Orefice, que preside a seção americana do Conselho Empresarial, o ex-embaixador dos EUA no Brasil, Antony Motley, o presidente da Texas Instruments para a América Latina, David Troncoso, e o presidente da Pfizer para a América Latina e o Sudeste Asiático, Brower Merriam.

Comentando o crescente ânimo protecionista nos EUA, os empresários americanos disseram a seus colegas brasileiros que o Congresso aprovará uma nova lei de comércio "e vocês não vão gostar de algumas partes dela". Uma parte citada foi a das novas regras para a apreciação de queixas contra empresas estrangeiras por prática de subsídio ou "dumping", sob a seção 201 da lei atual. Em sua nova versão, a seção 201 deverá reduzir substancialmente o poder do presidente, diminuindo prazos alternativos de ação a seu dispor. Eles previram, contudo, que a emenda Gephardt, que estabelece reduções arbitrárias às importações de países que tenham saldos comerciais muito grandes com os EUA, não sobreviverá na versão final da lei.

No início da semana passada, outro grupo de em-

presários brasileiros do setor exportador, que visitou Washington para pregar, no Congresso e no Executivo, a não adoção de represálias comerciais contra o Brasil, neste momento de crise interna, deixou no ar a sensação de que o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, tem poucas chances de sucesso em seu esforço de montar um programa econômico viável, porque não conta com o apoio nem do PMDB nem do próprio presidente, que, segundo um empresário, "fala mal dele pelas costas".

Depois de ouvir o relato dos empresários brasileiros sobre as dificuldades políticas que o presidente da República enfrenta, na sexta-feira passada, um empresário americano concluiu: "Sarney está fazendo o mesmo que o governo americano faz com frequência: está negociando consigo mesmo".